



Número: **0800742-11.2018.8.15.0311**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Princesa Isabel**

Última distribuição : **18/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSEFA GILBERLANIA ALVES NOGUEIRA SOUZA (AUTOR)		HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15693195	02/08/2018 08:55	Petição Inicial	Petição Inicial
15693230	02/08/2018 08:55	Petição Inicial	Outros Documentos
15693235	02/08/2018 08:55	Quesitos - Perícia	Outros Documentos
15693249	02/08/2018 08:55	Procuração	Procuração
15693260	02/08/2018 08:55	Declaração de Hipossuficiência	Documento de Comprovação
15693290	02/08/2018 08:55	RG e CPF	Documento de Identificação
15693318	02/08/2018 08:55	Comprovante de Residência	Documento de Comprovação
15693334	02/08/2018 08:55	Boletim de Ocorrência	Documento de Comprovação
15693349	02/08/2018 08:55	Pagamento de indenização	Documento de Comprovação
15693416	02/08/2018 08:55	Boletim de Atendimento Médico	Documento de Comprovação
15757605	09/08/2018 08:44	Despacho	Despacho
25625529	25/10/2019 00:07	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
25625531	25/10/2019 00:08	Expediente	Expediente
28794928	05/03/2020 00:45	Despacho	Despacho

PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS EM ANEXO.





AO JUÍZO DA ____ VARA DA COMARCA DE PRINCESA ISABEL/PB.

JOSEFA GILBERLANDIA ALVES NOGUEIRA DE SOUZA, brasileira, casada, aposentada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.687.811, SDS/PB, inscrita no CPF/MF sob o nº 096.057.024-10, residente e domiciliada no Sítio Chico Neném, S/N, Zona Rural, Manaíra/PB, CEP: 58.995-000, por seu procurador *infra-assinado*, conforme Instrumento de Mandato anexo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **com base na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, nos termos dos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil**, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205, pelos motivos de fato e direito a seguir aduzidos:

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





I – DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, ressalta-se que a parte Autora, temporariamente, não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil, por ser pobre da forma da Lei, conforme Declaração e documentos anexos.

Assim, desde já REQUER a Vossa Excelência, a compreensão da situação, para que conceda os benefícios da Justiça Gratuita à parte Autora, uma vez que, neste momento, não dispõe de recursos financeiros suficientes para o pagamento de custas e despesas com o processo, além de honorários advocatícios, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil.

II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO PEDIDO

A parte Autora fora vítima em **acidente de trânsito** causado por veículo automotor em **12/12/2016**, consoante **Boletim de Ocorrência** em anexo, estando o automóvel garantido pelo Seguro Obrigatório DPVAT.

Em consequência do citado evento danoso, a parte Autora sofreu diversas lesões e traumas, conforme demonstrado no **Boletim de Atendimento Hospitalar**, a ensejar o pagamento da indenização instituído pela Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, que trata do Seguro Obrigatório DPVAT.

Desta forma, a parte Autora formulou perante a Seguradora Ré, pedido de indenização por invalidez permanente, a qual se refere o Seguro Obrigatório DPVAT, quando então recebeu a importância de **R\$ 1.687,50** (mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme anexo, **em desconformidade com a citada Lei, como restará comprovado durante a instrução processual através da Prova Pericial**, desde já requerida.

Como é sabido, o DPVAT é o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres criado pela Lei nº 6.194/74, com o fim de amparar as vítimas de acidente de trânsito em todo território nacional, e prevê indenizações em caso de morte, invalidez permanente, total ou parcial, além de despesas de assistência médica e suplementares, cujo valor máximo da indenização prevista no art. 3, inciso II, da Lei nº 6.194/74, está fixado em **até R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais).

No caso, a parte Autora visa obter do Poder Judiciário a condenação do Réu ao pagamento de indenização correspondente a diferença do Seguro Obrigatório DPVAT que lhe foi pago administrativamente, fora dos parâmetros consignados na Lei nº 6.194/74.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





Sendo certo, que a indenização ora pleiteada deverá ser paga com base no valor vigente a época da ocorrência, **bastando para tanto à simples demonstração do acidente (Boletim de Ocorrência expedido pela Autoridade Policial) e do respectivo dano (Lesões/Traumas – Boletim de Atendimento Hospitalar e Pagamento PARCIAL de Indenização pelo Réu)**, como preceitua o art. 5º, parágrafo 1º da Lei 6.194/74.

Noutro giro, quanto à **correção monetária é devida desde a data do evento danoso**, como já assentou o Superior Tribunal de Justiça, enquanto que os **juros moratórios** são devidos desde a data da CITAÇÃO do Réu, nos termos da **Súmula nº 426, do Superior Tribunal de Justiça**.

III – DA IMPOSSIBILIDADE DE AUTOCOMPOSIÇÃO – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso, está previsto na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores diferentes lesões e graus de invalidez permanente, classifica em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, assim como inseriu tabela para disciplinar os percentuais das perdas à cobertura securitária, de acordo com a respectiva repercussão da lesão.

Deste modo, faz-se necessária a produção de prova pericial para aferição da **LESÃO** sofrida pela parte Autora e da respectiva **REPERCUSSÃO (GRAU)**, de acordo com a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, introduzida pela Lei 11.945/2009.

Diante disso, nas ações dessa natureza a prática tem demonstrado que a designação de audiência preliminar de conciliação objetivando a realização de composição entre as partes tem sido infrutíferas devido à necessidade de produção de prova pericial. E, por essa razão a Seguradora Ré tem se limitado a conciliações em MUTIRÕES realizados em parcerias com os Tribunais de Justiça em todo País, inclusive por esse Egrégio Tribunal, **motivo pelo qual a designação de audiência com essa finalidade restará sem êxito**.

Assim sendo, a parte Autora informa a Vossa Excelência o seu **desinteresse na autocomposição, nos termos do art. 334, § 4º, I e § 5º do CPC**.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, REQUER a Vossa Excelência:

a) Sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita a parte Autora, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal c/c o artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil;

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





b) Seja determinada a citação do Réu, pelo Correio, nos termos do art. 247 do CPC, para, querendo, conteste a presente ação, sob pena de confissão e revelia, a teor do art. 344 do Código de Processo Civil;

c) Ao final, seja julgada **PROCEDENTE** a ação, para condenar o Réu ao pagamento complementar da indenização devida pelo Seguro Obrigatório DPVAT, apurado através da Perícia Judicial (art. 324, § 1º, II, CPC), acrescido de correção monetária desde a ocorrência do evento danoso e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, tudo com arrimo na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores e súmula 426 STJ;

d) Requer, ainda, seja o Réu condenado ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, de modo a assegurar a dignidade do profissional, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil.

V – DAS PROVAS (PROVA PERICIAL)

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, a documental, testemunhal e, especialmente **realização de perícia médica para verificação das lesões/traumas sofridos pela parte Autoria e a respectiva repercussão (grau), em decorrência do referido acidente de trânsito, na forma do art. 3º, II, § 1º, I, da Lei nº 6.194/74**, o que desde já fica requerido, devendo os **QUESITOS** em anexo serem respondidos pelo perito nomeado por esse Juízo, sob pena de nulidade, **nos termos do artigo 369 do Código de Processo Civil.**

VI – DO VALOR DA CAUSA

Atribui-se a causa, o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais).

**NESTES TERMOS,
PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.**

Princesa Isabel/PB, 31 de Julho de 2018.

HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO
OAB/PE 25.252

RAFAELA MAGALHÃES DE CARVALHO
RG/CPF: 084.759.764-41

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





QUESITOS – PERÍCIA

PARTE AUTORA: JOSEFA GILBERLANDIA ALVES NOGUEIRA DE SOUZA

Queira o Sr. Perito esclarecer, de acordo com a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, introduzida pela Lei 11.945/2009, os seguintes QUESITOS:

- 1 – Em decorrência do acidente mencionado na petição inicial, houve Lesões no Membro Inferior ?**
- 2 – Em caso positivo, a Lesão ou as Lesões são Temporárias ou Permanentes?**
- 3 – No caso de ser permanente, a Lesão é Total ou Parcial?**
- 4 – E, no caso da Lesão ser parcial, ela é Completa ou Incompleta?**
- 5 – Caso a Lesão seja incompleta, a sua repercussão é Intensa, Média, Leve ou Residual?**

- 6 – Independente do quesito exposto no item “1”, em decorrência do acidente mencionado na petição inicial, houve algum outro tipo Lesão?**
- 7 – Em caso positivo, qual tipo de Lesão ocorreu?**
- 8 – Em caso de ter havido Lesão, ela é temporária ou permanente?**
- 9 – No caso de ser permanente, a Lesão é Total ou Parcial?**
- 10 – E, no caso da Lesão ser parcial, ela é Completa ou Incompleta?**
- 11 – Caso a Lesão seja incompleta, a sua repercussão é Intensa, Média, Leve ou Residual?**

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JOSEFA GILBERLANDIA ALVES NOGUEIRA DE SOUZA, brasileiro(a), casado(a), aposentado(a), portador da Cédula de Identidade nº 3.687.811 SDS/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 096.057.024-10, residente e domiciliado no Sítio Chico Neném, S/N, Zona Rural, Manaira - PB, CEP: 58.995-000, através do presente instrumento particular de mandato, nomeia e constitui como seu procurador o advogado.

OUTORGADO: HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 25.252, com endereço profissional à Praça 15 de Novembro, nº 168, Centro, Triunfo - PE, CEP: 56.870-000

PODERES: a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula “ad judicia et extra”, em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defendê-las nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga ao Advogado acima qualificado, os poderes para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromissos, receber, dar quitações, levantar e receber alvará, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, agindo separada ou conjuntamente, podendo substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

Triunfo/PE, 01 de Fevereiro de 2018.

Josefa Gilberlandia Alves Nogueira de Souza
OUTORGANTE

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com



DECLARAÇÃO

Eu, JOSEFA GILBERLANDIA ALVES NOGUEIRA DE SOUZA, brasileiro(a), casado(a), aposentado(a), portador da Cédula de Identidade nº 3.687.811 SDS/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 096.057.024-10, DECLARO que nesse momento não posso arcar com as custas e despesas desse processo, bem como honorários advocatícios sem sacrifício próprio e de minha família, responsabilizando-me integralmente pelo conteúdo da presente declaração, para finalidade do disposto no Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil e do Art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.

Triunfo/PE, 01 de Fevereiro de 2018.

** Josefa Gilberlandia Alves Nogueira Souza*
Declarante



Ass 075 16/2017

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.687.811 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/08/2008

NOME JOSEFA GILBERLANDIA ALVES NOGUEIRA SOUZA

FILIAÇÃO JOSE ALVES NOGUEIRA
MARIA LUIZA ALVES

NATURALIDADE PRINCESA ISABEL-PB DATA DE NASCIMENTO 18/02/1988

DOC. ORIGINÁRIO CASAM N. 10277 FLS. 42 LIV. B20

CARTÓRIO PRINCESA ISABEL-PB

CPF 096.057.024-10

ASSINATURA DO DIRETOR

LE Nº 7.116-DE/09/08/03

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de inscrição
096.057.024-10

Nome
JOSEFA GILBERLANDIA ALVES NOGUEIRA SOUZA

Nascimento
18/02/1988

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

JUN/2008

www.correios.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DI/P-83

Assinatura eletrônica

CARTEIRA DE IDENTIDADE

80/100 100



JOSEFA GILBERLANIA ALVES NOGUEIRA SOUZA
SIT CHICO NEHEM, S/N - AREA RURAL
MANAIRA/PB CEP: 58895000 (AG. 165)

Classe/Subclasse RESIDENCIAL / BARRA RENDA MONOFASICO Br 230, Km 2 - Centro Fardentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-080
Roteiro 14 - 189 - 473 - 179 Referência Jul/2016
IP Medidor 09009757382 Emissão: 25/07/2016

ENERGISA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

CHPJ09 036 182/0001-40 Insc Est 16 016 822-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 001 054 193
Código para Débito Automático: 0001783001

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a

UC (Unidade Consumidora): 5/1763583-0

Jul / 2016

Canal de contato

Apresentação

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE (Lei criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002)

25/07/2016

Data prevista da próxima leitura

24/08/2016

CPF/CNPJ/RANI

9905702410
Insc. Est.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Letura	Data	Letura	
22/06/16	350	25/07/16	392	23

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ O DIA 20/07/2016 PAGAS OBRIGADO!

Demonstrativo				
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)	
Custo de Disponibilidade			4,33	
Subsidio			8,21	
PIS			0,14	
COFINS			0,88	
UNIFORMIDADES E SERVIÇOS				
JUROS DE MORIA 08/2016			0,01	
MULTA 08/2016			0,10	
Devolução Subsidio			-8,21	

Histórico de Consumo (kWh)

Jun/16	22
May/16	40
Abr/16	67
Mar/16	61
Fev/16	61
Jan/16	54
Dez/15	54

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	0,00	0,00	0,00
PIS	13,38	1,1087	0,14
COFINS	13,35	6,0866	0,88

Média dos últimos meses
51 kWh

VENCIMENTO
01/08/2016

TOTAL A PAGAR
R\$ 5,26

a3f7.a660.f1e1.3a9d.b2ac.f8ec.e74f.c634.

Indicadores de Qualidade

5/2016 - Processo 18681

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	0,00	
DIC TRIMESTRAL		NOMINAL
DIC ANUAL		220
FIC MENSAL	0,00	CONTRATADA
FIC TRIMESTRAL		LIMITE INFERIOR
FIC ANUAL		302
DMC	0,00	LIMITE SUPERIOR
DICRI		231

Composição do valor total da sua conta

Discriminação	Valor (R\$)	%
Devidos de Dívidas da Energisa/PB	1,59	30,23
Compra de Energia	2,10	39,92
Serviço de Transmissão	0,13	2,47
Encargos Sociais	0,51	9,70
Impostos Diretos e Encargos	0,93	17,68
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	5,26	100,00

Valor do EUSD (Ref. 5/2016) R\$ 3,58





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
16ª AISP DE POLICIA CIVIL DE PRINCESA ISABEL
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE PRINCESA ISABEL



C E R T I D ã O

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Livros de Registro de Ocorrências desta Delegacia, encontrei a seguinte Ocorrência Policial:

OCORRENCIA POLICIAL Nº 111/2017, LIVRO nº 001/2017.

DATA: 21 de Fevereiro do ano de DOIS MIL E DEZESSETE

HORA: 14h20min

CIDADE: PRINCESA ISABEL

ESCRIV/INVEST: PEDRO QUINCA DE SÁ FILHO MATRICULA: 155.680-1

DELEGADO: GUTEMBERG JOSÉ DA COSTA MARQUES CABRAL

Noticiante: JOSEFA GILBERLANDIA ALVES NOGUEIRA SOUZA

Estado civil: casada RG: 3.687.811 SSP/PB CPF: 096.057.024-10

Sexo: feminino Nascimento: 18/02/1988 Idade: 29

Naturalidade: Brasileira, Naturalidade: Princesa Isabel/PB

Filiação: José Alves Nogueira e de Maria Luiza Alves

Endereço: Sítio Chico Menem, Zona rural de Manaira/PB.

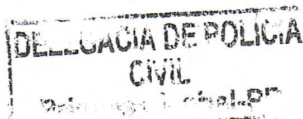
NARRATIVA

QUE na data de 12 de Dezembro de 2016, por volta das 15:30, estava de carona na garupa de uma moto conduzida por Pedro Alexandre Antas Alves, quando nas proximidades da entrada da cidade de Manaira, o condutor descontrolou a moto chegando a cair ao solo, que ficou por cima do seu pé direito da declarante; Que foi socorrida pelo SAMU de Princesa Isabel, dando entrada na UPA nesta cidade, sendo transferida para o Hospital da FAPE cidade de Campina Grande/PB, onde após exames de Raio-x constatou fratura da perna Direita; Que a moto em estava de carona foi uma moto HONDA/CG 150 START, de cor vermelha, de fabricação 2014 e modelo 2015, com placa PDG 6883, CHASSI Nº 9C2KC1670FR008137, Registrada em nome de Pedro Alexandre Antas Alves.

O referido é verdade, Dou fé. Termo de Responsabilidade: Declaro assumir inteira responsabilidade Civil e Criminal, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. – Falsidade Ideológica – Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos).

Notificante: JOSEFA GILBERLANDIA ALVES NOGUEIRA SOUZA

155.680-1
ESCRIV/INVEST



Rua Cel. José Pereira Lima, SN, Alto do Cascavel, Princesa Isabel - PB.

Fone/fax: (0XX83) 3457 2381.

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL E TABELIONATO
Rua José Rosas, 21, Centro, Manaira-PB

AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido

Dou fé. (Art 365-III do CPC)

Manaira/PB-25/02/2017

Selo Digital AE087045-KC9H

Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Emol R\$2,12 Farpem R\$0,39 MP R\$0,03 Fepr R\$0,39

Vinicius Duarte de Mascena
Oficial Substituto
CPF: 037 743 234 - 29





(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170194904 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** JOSEFA GILBERLANIA ALVES NOGUEIRA SOUZA**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** MBM PREVIDÊNCIA PRIVADA S/A-Filial Curitiba-PR #0773**BENEFICIÁRIO** JOSEFA GILBERLANIA ALVES NOGUEIRA SOUZA**CPF/CNPJ:** 09605702410**Posição em 27-07-2017 11:41:27**

Pagamento liberado pela Seguradora Líder DPVAT.

Valor: R\$ 1.687,50

O prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data de liberação.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
28/07/2017	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pagés/Pague-Seguro.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)

<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?cpfConsultaPedido=09605702410&sinistroConsultaPed...> 1/2

DATA/HORA RECEPÇÃO: 12/12/2016 - 16:41:29

DATA/HORA PRÉ-CONSULTA: 16.45



MEDICA

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

Nº F.A.A. : 1540

CNS: 709802022056494

Nome: 1261 - JOSEFA GILBERLANDIA ALVES NOGUEIRA SOUZA

Data: 18/02/1988 Idade: 28 Anos, 9 Meses e 24 Dias.

Sexo: F Raça/Cor: BRANCA

Etnia:

RG:

Mãe: MARIA LUIZA ALVES

Endereço: SÍTIO CHICO NENEM - S/N

Complemento:

Bairro: ZONA RURAL

Cidade: MANAIRA

UF: PB CEP 58.995-000

Tel. Residencial:

Comercial:

Contato:

Cel: (83) 99666-3277

Cel P/ SMS: (83) 99666-3277

DADOS DA PRÉ CONSULTA

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: () VERMELHO () AMARELO () VERDE () AZUL

Informações da pré-consulta:

Paciente traz da mãe 5 filhos, vítima de queda de moto dos 2 de idade com

Medicamentos em uso:

1. Lanoxen 40 mg no S.A.M.U.

Hipertensão: () Sim (X) Não Diabetes: () Sim (X) Não Cancer: () Sim (X) Não Pneumopatia: () Sim (X) Não

Transplantado: () Sim (X) Não

Alergia: () Sim (X) Não

Outros: () Sim (X) Não

Tem Tosse: () Sim (X) Não Se Sim, Quanto Tempo:

Antecedentes Pessoais:

P.A.: 120 x 80 mmHg Temperatura: °C

Sat O2:

Glicemia Capilar: mg/ml

Glasgow:

Pulso:

Freq. Respiratória:

Peso: Kg

Altura: m

Dor:

Prof. Resp. pré-consulta:

Última Notificação: Data da Notificação:

CID:

Número da Notificação:

HISTÓRICO DE CONSULTAS Data das Últimas Consultas: Quantidade de Consultas nos Últimos: 10 Dias (1) 30 Dias (1) 180 Dias (1)

Num. FAA: 1540

12/12/2016

UPA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO PRINCESA ISABEL

Num. FAA: 1540

12/12/2016

UPA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO PRINCESA ISABEL

Num. FAA: 1540

12/12/2016

UPA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO PRINCESA ISABEL

AVALIAÇÃO CLÍNICA

Trauma com lesões e lesões de pele em

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA

fratura completa t.b.a. - fratura

PROCEDIMENTO/MEDICAÇÃO/CURATIVO

() ECG

() Medicação

() Exames

() Curativo

DADOS DA SAÍDA

DATA E HORA: 12/12/16 - 16:40

() Alta () Recusou o Atendimento () Retorno

Encaminhado: J.B.R. Pato

Assinatura do Paciente/Responsável

Assinatura e Carimbo do Profissional

Atendente Responsável na Recepção: MARIA DE LOURDES SANTANA

Usuário que Imprimiu: MARIA.SANTANA

Pág: 1 de 1

Modelo 41

CARTÓRIO DO OFÍCIO "CAMPOS BARROS"

RUA CEL. MARCOLINO, 228 - CENTRO - CEP: 58755-000 - FONE: (83) 3341-3135

PRINCESA ISABEL - PB

Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original que me foi

apresentado. Em testemunho da verdade.

Princesa Isabel-PB 20/02/2017 08:42:56

Marta Rodrigues dos Santos - Escrevente

[2017-001535] ENOL:R\$ 2,31 FARPEN:R\$ 0,27 FEPJ:R\$ 0,46

SELO DIGITAL: AEN63319-A916

Confira a autenticidade em https://selodigital.tiipa.gov.br



Evolução do Serviço Social

Paciente: Jonas Gélber Paes de Alencar Xofre Zenge

Data: 32.12.2016

- Manhã

Assinatura/carimbo

- Tarde

visitou ao Posto; informou aos funcionários.

Regulagem de vaga; para o clípeo Regional de Jato,

com Dr. Gáspereio e Afonso.

Deixou a central do SAMU, sendo liberado.

Vanderleia B. Rodrigues
Assistente Social
CRSS-PB: 5128

Vanderleia B. Rodrigues
Assistente Social
CRSS-PB: 5128

Vanderleia B. Rodrigues
Assistente Social
CRSS-PB: 5128

Assinatura/carimbo



RECEITUÁRIO MÉDICO

NOME:

Prof. Gilson Lando A. Nogueira
Lando L. Nogueira

*Receita para duvida para
de duvida que a Sr
Prof. Gilson Lando, tem
substituído a coriza
quantos dias de
material implantado
com marca pessoal
para analise no
posterior*

João Lopes de Barros
Clinica Médica
Médico do Trabalho
CRM 15.988
CRM (Médico / Carimbo/CRM)

Data:

26/10/17

UPA 24 HORAS - PRINCESA ISABEL - PB





Ortopedia / Fraturas
Trauma facial



Hospital São Francisco
PATOS - PB

Afastado Médico

Afasto para os devidos fins
a senhora Josefa Gilberlandis
Alves Nogueira Souza estar
enfrentando os problemas de
filha e necessitar 120 dias
de afastamento de suas atividades

S82

12.01.16

Dr. Waerson José Sousa
Cirurgia do Trauma Infantil
(TRATAMENTO POR ONDAS DE CHOQUE)
CRM 5477 - TEOT 7516

RUA PEREGRINO FILHO, 199, CENTRO - PATOS-PB.

Fone: (83) 3421-3454 / crot-pb@hotmail.com

www.crotpb.com.br   CROT Ortopedia



RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE



FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DA PARAÍBA

Av. Dr. Francisco Pinto, s/n - Bodocongó
Telefone / Fax: (83) 2102-0300
CEP 58429-350 - Campina Grande - Paraíba
Inscrição Est. Isenta - C.N.P.J. 08.841.421/0001-57

- 1.ª VIA - RETENÇÃO DA FARMÁCIA OU DROGARIA
2.ª VIA - ORIENTAÇÃO AO PACIENTE

Dr. Waerson J. Souza

Ortopedia e Traumatologia

CRM 5277 - TEOT 7516

CPF 521.292.921-00

CARIMBO DO MÉDICO

Paciente: Josefa Gilberlandis Alves N. Souza

Endereço: Sit. Etico Nawan - maraia-B.

Prescrição:

① Galixina 500 ————— 60cp.
tomar 1comp 6/6h 10dias

Data: 21/12/16

Dr. Waerson J. Souza
Ortopedia e Traumatologia
CRM 5277 - TEOT 7516
CPF 521.292.921-00

Assinatura do Médico

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome: _____
Ident: _____ Órg. Emissor: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____
Telefone: _____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Assinatura do Farmacêutico

Data: ____/____/____

GRÁFICA IMPRESSOS ADLSON (83) 341-2509





FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DA PARAÍBA - FAP
CENTRO DE CANCEROLOGIA DR. ULISSES PINTO
CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

Josefa Gilberlandis

Es

uso oral

→ AR FLEX 200

Tomar 1 comp 12/12hs

21.12.16

Dr. Waerson J. Souza
Ortopedia e Traumatologia
CRM 5277 - TEOT 7516
CPF 521.292.921-00

HOSPITAL AMIGO DA CRIANÇA

Av. Dr. Francisco Pinto, s/n - Bodocongó - CEP: 58.109-783
Campina Grande - PB - Fone/Fax: (83) 2102-0300
E-mail: fap@hospitaldafap.org.br
Site: www.hospitaldafap.org.br





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Princesa Isabel

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800742-11.2018.8.15.0311

DESPACHO

Vistos etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita, visto que preenchidos nos autos os requisitos formais exigidos pelo art. 98 do NCPC.

Em que pese a matéria discutida nos presentes autos admitir a autocomposição, verifica-se que a parte promovida, em demandas dessa natureza, só propõe eventual acordo após a realização de perícia judicial, de modo que se afigura desnecessária, desaconselhável e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional a designação de audiência inicial de conciliação, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, por sua vez, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como fase preliminar de eventual audiência de instrução (art. 359, NCPC), motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo para a *ratio* conciliadora da novel codificação (art. 3, §3, c/c art. 159, V, do NCPC).

Cite-se a parte promovida para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias.

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (NCPC, art. 344).

INTIMEM-SE E CUMPRA-SE.

Princesa Isabel/PB, 06 de agosto de 2017.

Maria Eduarda Borges Araújo

Juiz de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA**

1ª Vara Mista de Princesa Isabel

Rua São Roque, S/N, Centro, PRINCESA ISABEL - PB - CEP: 58755-000

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0800742-11.2018.8.15.0311

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSEFA GILBERLANIA ALVES NOGUEIRA SOUZA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos das Resoluções do Tribunal Pleno ns. 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30/2019, **INTIMO** as partes, por seus advogados, quanto a conclusão do procedimento de redistribuição dos presentes autos, prazo de 05 (cinco) dias, para os fins previstos nos arts. 3º e 4º, conforme o caso, dos referidos normativos legais.

PRINCESA ISABEL, 25 de outubro de 2019.

LINDINALVA XAVIER DOS SANTOS
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA**

1ª Vara Mista de Princesa Isabel

Rua São Roque, S/N, Centro, PRINCESA ISABEL - PB - CEP: 58755-000

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0800742-11.2018.8.15.0311

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSEFA GILBERLANIA ALVES NOGUEIRA SOUZA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos das Resoluções do Tribunal Pleno ns. 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30/2019, **INTIMO** as partes, por seus advogados, quanto a conclusão do procedimento de redistribuição dos presentes autos, prazo de 05 (cinco) dias, para os fins previstos nos arts. 3º e 4º, conforme o caso, dos referidos normativos legais.

PRINCESA ISABEL, 25 de outubro de 2019.

LINDINALVA XAVIER DOS SANTOS
Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Princesa Isabel

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800742-11.2018.8.15.0311

DESPACHO

Vistos etc.

Defiro o pedido de Justiça Gratuita, visto que preenchidos nos autos os requisitos formais exigidos pelo art. 98 do NCPC.

Em que pese a matéria discutida nos presentes autos admitir a autocomposição, verifica-se que a parte promovida, em demandas dessa natureza, só propõe eventual acordo após a realização de perícia judicial, de modo que se afigura desnecessária, desaconselhável e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional a designação de audiência inicial de conciliação, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, por sua vez, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, e mesmo como fase preliminar de eventual audiência de instrução (art. 359, NCPC), motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo para a *ratio* conciliadora da novel codificação (art. 3, §3, c/c art. 159, V, do NCPC).

Cite-se a parte promovida para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias.

Se a parte ré não ofertar contestação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (NCPC, art. 344).

INTIMEM-SE E CUMPRA-SE.

Princesa Isabel/PB, 06 de agosto de 2017.

Maria Eduarda Borges Araújo

Juiz de Direito

